

Setor dos ginásios não reabre na primeira fase de desconfinamento e teme imagem de “desconfiança”

Governo anuncia sete mil milhões mas parceiros mantêm críticas

CIP quer moratória nas contribuições, UGT pede isenções da taxa social única e CGTP defesa dos empregos

REAÇÕES O Governo anunciou medidas de apoio à economia avaliadas em sete mil milhões de euros (1,1 mil milhões de fundo perdido), que passam pelo reforço do programa Apoiar e isenção da taxa social única (TSU) para as empresas de turismo com quebras de faturação superiores a 75%. Mas empresários e sindicatos lançam críticas.

A CIP-Confederação Empresarial de Portugal reclama a isenção da TSU para todas as empresas durante o estado de emergência e “uma moratória” nas contribuições a cargo da empresa, com início do pagamento em 2023, sem juros.

Quanto à manutenção do emprego e apoio à retoma e ao apoio simplificado para microempresas, devem ser consideradas quebras de faturação superiores a 15%, e não os atuais 25%, acrescenta. A CIP quer ainda a prorrogação do período de carência das linhas de crédito e das moratórias sobre os créditos bancários até 30 de junho de 2022.

A UGT congratula-se com as medidas, mas defende apoios específicos para os trabalhadores, como a prorrogação das moratórias nos empréstimos bancários à habitação. O secretário-geral, Carlos Silva, acrescentou também que, como as

empresas, os trabalhadores devem beneficiar de “alguma isenção, redução ou suspensão da TSU”.

“A isenção da TSU vai também para as grandes empresas que continuam a ter lucros, apesar da quebra de faturação”, avisa a secretária-geral da CGTP, Isabel Camarinha. Os apoios “devem ser para as empresas que precisam e com a garantia de manutenção dos postos de trabalho”, diz. As medidas do Governo mantêm o desequilíbrio – “muito para as empresas e para as grandes empresas e pouco para os trabalhadores”

O Sindicato dos Trabalha-

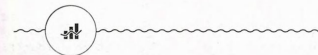
dores de Espetáculos, do Audiovisual e dos Músicos (Cena-STE) criticou as medidas para o setor cultural – “uma repetição do já anunciado e que já deviam ter sido aplicadas”. A estrutura exige a criação de um fundo de emergência e maior abrangência das ajudas, que tenha em conta a realidade laboral.

Reagindo ao plano de desconfinamento, a associação Portugal Activo/AGAP, que representa os ginásios, considerou-o uma “desilusão”, por excluir o setor na primeira fase de reabertura, o que, segundo o presidente, José Carlos Reis, “transmite desconfiança” aos clientes.

SINAIS CONTRÁRIOS

“Estamos desanimados com o cenário de não reabertura já a partir de segunda-feira”, lamentou António Reis, da Associação Nacional Industriais de Ensino Condução Automóvel.

Em sentido contrário se pronuncia o dirigente Jorge Ferreira, do Movimento de Empresas do Setor do Casamento: “Estamos muito satisfeitos com as medidas para o setor, porque corresponde à proposta que fizemos chegar aos partidos e ao Governo, foi exatamente o que pedimos, 25% dos espaços a 15 de abril e 50% a 3 de maio”. ●



Algumas medidas setoriais

1 Programa Apoiar aumenta limites

O programa Apoiar vai ter um aumento em 50% dos limites máximos de ajuda para empresas com quebra de faturação superior a 50%. Para os empresários em nome individual com contabilidade simplificada sobem de cinco mil para 7500 euros e, para as pequenas empresas, de 68 750 para 103 125 euros. A nova fase está aberta a mais setores, como a panificação e pastelaria.

2 Apoiar Rendas e Apoiar+Simplex simplificados

O programa Apoiar Rendas, que se referia apenas a contratos de arrendamento, é estendido também a contratos de cedência de exploração. O Apoiar+Simplex, para empresários em nome individual sem contabilidade organizada, é alargado aos empresários sem trabalhadores a cargo.

3 Empresas de turismo e cultura isentas de TSU

Empresas de turismo e cultura com quebras de faturação superiores a 75% passam a ter um regime especial no apoio à retoma, que permitirá a isenção da taxa social única (TSU). É também alargada a redução em 50% da taxa contributiva às grandes empresas destes dois setores com quebras de faturação inferiores a 75%.

4 Empresas com apoio do IIEFP à retoma

Para garantir liquidez para pagamento de salários num momento de retoma de atividades, volta o incentivo à normalização, pago pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, desde que as empresas mantenham os postos de trabalho durante o segundo e terceiro trimestres deste ano.

5 Proibido despedir nos 90 dias após lay-off

Os empregadores abrangidos pelo apoio simplificado no primeiro semestre que se mantêm em crise empresarial em junho e que não tenham beneficiado do lay-off ou apoio à retoma em 2021 podem ter um apoio adicional correspondente a um salário mínimo nacional (665 euros) por posto de trabalho no terceiro trimestre. O período obrigatório de manutenção do emprego passa de 60 dias para 90 dias.

CULTURA

438,81

euros é o valor do apoio mensal aos trabalhadores da Cultura em março, abril e maio. O Ministério reforça verbas para os museus (+400 mil euros), editoras e livrarias (+600 mil) e estruturas artísticas não profissionais (700 mil).